

# Pagar ou não jetons aos ausentes? E os senadores se desentendem.

Lucena classifica como "mesquinha" não pagar. Cavalcante é contra: "Receber sem trabalhar é perjúrio".

Tanto na Câmara como no Senado, os parlamentares dedicaram boa parte da sessão de ontem a atacar o que chamam de "campanha da imprensa" contra os ausentes das votações. O senador Fábio Lucena, vice-líder do governo, disse estar convencido de que essa "campanha sórdida, que tem como pretexto o pagamento dos jetons, pode estar visando um golpe". E atribuiu essa situação a "certos donos de jornais": "É uma mesquinha pensar que apenas um jeton pode trazer ao plenário, todos os dias, os senadores e deputados".

Na Câmara, o deputado Agnaldo Timóteo (PDS-RJ) andava de um lado para outro gritando em todas as direções: "A grande imprensa quer impor aos deputados o castigo de permanecerem em plenário". Quando viu que conquistara alguma platéia, Timóteo se inflamou de vez: "Estão querendo bagunçar o nosso coreto. Fiquem aí sentados sem fazer nada. É o que querem. Até parece que estamos preocupados com jetons".

O clima agitado da Câmara se repetia no Senado, onde Fábio Lucena praticamente obrigou o presidente do Congresso, José Fragelli,



Fábio Lucena: "Campanha sórdida".

a se pronunciar em defesa do Legislativo. Fragelli fez um pronunciamento de oito minutos. Reconheceu como "estranha" a atual situação, mas classificou como "mais estranho ainda" o apoio que "esta campanha" vem recebendo de alguns congressistas — "principalmente o senador Luiz Cavalcante". Foi Cavalcante, afinal, que iniciou

todo o debate, depois de ler o editorial do **Jornal de Brasília** sobre o pagamento dos jetons. Ele não esperava, como confessou depois, a pronta reação de Lucena, que o aparteu: "A que leva essa orquestração que atinge diretamente o Congresso como instituição?"

Fragelli decidiu acalmar os ânimos dos dois senadores. E iniciou reportando-se a um pronunciamento que Cavalcante fez há duas semanas em que considerava "perjúrio" receber jetons sem que o parlamentar comparecesse às sessões. "O senador Cavalcante se esqueceu de dizer se também cometeu perjúrio antes daquela data", sugeriu Fragelli.

Cavalcante admitiu ser perjuro — "como todos os colegas, porque todos recebemos indevidamente sessões a que faltamos". E frisou: "É isso justamente o que amesquinha o Congresso. Isso não é efeito. É a causa das críticas que a imprensa tem feito". Voltando-se especialmente para Lucena, Cavalcante avisou que não poderia estar incluído em sua insinuação de que haveria um golpe: "Defendo apenas uma causa, que é a da minha consciência".



Cavalcante: "Defendo minha consciência".

Discordando de Fragelli, que defendeu a ausência de parlamentares no plenário por estarem participando de campanhas eleitorais em seus Estados, Cavalcante afirmou que elas não têm interesse nacional. "A Constituição manda que o corte do jeton seja efetuado, mesmo que o parlamentar esteja hospitalizado, às vésperas da morte."

## Campainha

Os parlamentares, enfim, estão revoltados com o que classificam de "patrulhamento" às suas atividades. E a campanha eletrônica, acoplada ao serviço de alto-falante, a ser instalada brevemente na Câmara para chamar os deputados ao plenário, é mais uma razão para críticas. "Lamento que o medo e a covardia cheguem a ponto de, para corrigir erro, a presidência do Legislativo cometa outro ainda maior, à beira do ridículo", lamentava ontem o deputado Octacílio Alves de Almeida (PMDB-SP).

A campanha, segundo ele, é uma espécie de punição por baixo — "vai nivelar todos os parlamentares como infratores, quando na realidade os pianistas foram apenas uma meia dúzia". Octacílio observou ainda que se a presidência

da Câmara agisse seriamente no caso, teria punido os infratores: "Para isso existe um regimento interno que permite ao presidente tomar sanções contra qualquer atitude menos elegante do parlamentar".

Octacílio reconhece, porém, os erros em todo esse episódio. Segundo ele, os deputados-pianistas agiram infantilmente, "demonstrando imaturidade para a vida parlamentar". "A Mesa da Câmara também errou por não ter coragem de agir frontalmente contra os faltosos", prosseguiu o parlamentar. E, finalmente, ele aponta como terceiro erro a atuação dos canais de tevê e fotógrafos, "que ficam de toca dentro do plenário para co-

lher momentos especiais, que somente a eles interessam."

Na tentativa de resolver o problema, o deputado Francisco Amaral (PMDB-SP) apresentou ontem projetos de resolução que modificam o regimento interno da Câmara e do Congresso, a fim de eliminar a exigência de um número mínimo de parlamentares em plenário para a abertura das sessões.

A questão, contudo, é conseguir quorum para a deliberação da matéria. Ontem à tarde, no plenário da Câmara, cerca de cem deputados se juntaram na hora das votações. Mas não precisavam contribuir diretamente com seus votos: as lideranças votaram as poucas matérias que se encontravam em regime de urgência. Ninguém pediu chamada nominal, embora a sessão tivesse sido aberta com apenas quatro deputados.

Mesmo com essa platéia que oscilou de quatro a cem parlamentares, diminuindo para 40, no final da tarde, o deputado Agnaldo Timóteo não se conteve. Misturou assuntos — desde requisição de uma cadeia de rádio e tevê para defender a Casa até acusações ao presidente Sarney de estar "envolvido em crime de morte, grilagem de terras e corrupção". O vice-líder do PMDB de plantão, deputado Walmor Giavarina, desafiava Timóteo: "Cite os fatos, dê os nomes". Em seu gabinete, ouvindo os gritos de Timóteo pelo alto-falante, o líder do PDS, Prisco Viana, demonstrava sua contrariedade: "A oposição pode ser enérgica, mas não precisa descambar para a agressão pessoal".